

1) Dig que o tema REACÇÃO EDUCATIVA como REACÇÃO INSTITUINTE é uma tese polémica. Depende de uma perspectiva ideológica.

Por exemplo a escola marxista "ortodoxa" (Bourdieu) diz que a reacção educativa NÃO é instituinte porque depende apenas da sociedade onde a escola se insere. A escola não tem margem de autonomia, ser passivamente reprodutora.

Ela considera produto o acto educativo e INSTITUINTE de algo de novo.

2) Bibliografia de recurso:



2.1) → reflexões teóricas - ANTOLOGIA Sociológica (Prefácio: "Escola e Classes Sociais") GIS / Ed. Presença

2.2) → SENYDER, George: "Ecole et lutte de classes"

1 pag. ⇒ último capítulo

2.3 PASTIC, Israel - "Relações Educacionais"

P.U.F.

- pag 37/41 = aspectos ideológicos da religião educativa
- pag. 251/258 - Conclusões

(estrutura do livro: perspectiva a) sociológica
 b) psicológica
 c) psicossocial
 d) Conclusão)

2.4 CORRÊA, Misa - "ESCOLA, SOCIEDADE E RELAÇÃO" / ed. Afrountamento

(livro de carácter pedagógico)

- Introdução pag 9 a 12
- pag 137 a 169

Fundação Cuidar o Futuro



«Não vim de manhã porque estive a trabalhar para o Congresso. Fui para a Quinta da Aveleda — um sítio muito bonito — redigir uma moção para apresentar...»

Chegaria ao Rivoli cerca das 15.30, já com a sessão da tarde a decorrer, tendo de imediato uma conversa confidencial com Ângelo Correia, por solicitação do actual ministro da Administração Interna. Do que falaram, ninguém sabe.

Eurico de Melo também apareceu a meio da tarde, praticamente na sombra. A nada se expôs, limitando-se a falar genericamente sobre os problemas com que o País se debate e que são necessários resolver.

Já Cavaco Silva deu uma explicação mais plausível ou mais credível, pois limitou-se a responder a «PH» que tinha apanhado um comboio que chegou tarde ao Porto...

Moção sobre o desastre de Camarate

Volta ao Pedro Santana Lopes não pôs em causa a sua afirmação de que redigira uma moção para apresentar. Lógico que lhe perguntámos sobre quê. E a resposta veio: «Sobre o desastre de Camarate».

Aqui, as coisas parecem ter começado a aquecer, na medida em que poderá atingir um dos congressistas, o ministro dos Transportes, Viana Baptista.

Com efeito, quando toda a gente pensava que os trabalhos decorreriam com a mesma frieza dos momentos iniciais, eis que Santana Lopes resolveu lançar uma «acha para a fogueira» com a sua moção sobre o desastre de Camarate, tendo mesmo declarado que contava «muito sinceramente obter os três quintos de votos necessários para a aprovação da moção», a cujo teor não tivemos acesso.

«Se isso não acontecer — acrescentou Santana Lopes — será muito grave.»

A este propósito, Helena Roseta (que se tem mostrado muito comedida e pouco disposta a prestar declarações) diz que aquela proposta aparece «com um ano de atraso», enquanto para Viana Baptista (que não deixará de ser posto em causa) «a moção não merece qualquer comen-

tário», tanto mais que considera irrelevante o facto de ser o ministro dos Transportes na altura do desastre.

«Eu nem sabia que o avião não estava legalizado» — disse Viana Baptista — que, solicitado a pronunciar-se sobre a sua posição quanto à possibilidade do seu nome vir a ser «fustigado» ou a ser «pedida a sua cabeça», afirmou que «esse problema pertence apenas ao primeiro-ministro e ao Presidente da República», sendo, porém, manifesta a sua preocupação quanto à discussão desse tema que, decerto, significaria contar com muita emotividade e pouco discernimento, ao contrário de Santana Lopes que se mostrava confiante e quase eufórico com a sua «moção de Camarate na manga».

Propostas não aprovadas

Entre as numerosas propostas de alterações aos estatutos, sete delas não foram aprovadas por não terem obtido três quintos (ou) votos expressos, apesar de nelas ter votado a maioria dos delegados.

A mais importante delas — como diria Fernando Amaral, num breve encontro com os jornalistas — referia-se ao artigo 44, sobre «regiões» e que pretendia que «as estruturas do tipo distrital poderão agrupar-se em regiões no máximo de cinco».

O mesmo aconteceria com as alterações propostas para os artigos 20.º (composição do Congresso), 23.º (competência do Conselho Nacional), 27.º (competência da Comissão Política Nacional), 32.º (composição da Comissão Permanente Nacional), 46.º (competência da Assembleia Distrital) e 47.º (composição da Assembleia Distrital).

A hora em que encerramos esta edição de «PH», continuavam os trabalhos no Cinema Rivoli, nos quais participa cerca de um milhar de pessoas, divididas entre 650 delegados, 188 participantes e 160 membros de órgãos nacionais. Estão em discussão 19 moções de estratégia política e hoje, último oia dos trabalhos, proceder-se-á à eleição dos órgãos nacionais, com muitas possibilidades de não se chegar a uma lista de consenso.

cisco Pinto Balsemão.

No seu discurso, apelou para a ultrapassagem das dificuldades internas, no sentido de o partido enfrentar os problemas nacionais, salientando, por isso, o papel do PSD como «Chave» na política portuguesa.

Para Balsemão, esse papel será demonstrado pela «articulação dos seguintes aspectos, entre outros: «O projecto político-militar eanista», «a arrogância do PCP e da extrema direita» e o «comodismo do CDS».

Balsemão referiu que a morte de Sá Carneiro e a derrota da AD nas eleições presidenciais dão muita importância às eleições autárquicas de 1982, para as quais preconizou que o PSD se prepare convenientemente.

No seu discurso, Pinto Balsemão referiu ainda ter sido necessário evitar uma crise política imediatamente após a morte de Sá Carneiro, lembrando que esta crise se produziu no Verão porque era uma época morta em termos de acção governativa.

Mais tarde, Moura Guedes consideraria o discurso do presidente do PSD como moderado e um tanto antieanista, inserindo como o «facto mais importante a denúncia pública do oportunismo político de José Miguel Júdice em aderir ao PSD».

Críticos chegam tarde...

Não passou despercebida, na sessão da manhã, a ausência de algumas figuras principais do chamado sector dos críticos.

Viriam a comparecer apenas na sessão da tarde, após a interrupção para almoço, o que deu aso a uma série de insinuações, incluindo a de que se teriam reunido secretamente noutra local, para acertarem a sua estratégia.

Aliás, Pedro Santana Lopes diria ao repórter de «PH» que

O presidente do Governo Regional da Madeira, a propósito das polémicas entre críticos e dirigentes do partido, preconizou que se oeveria «acabar com isto» e aproveitou para lamentar quanto o seu Governo tem sofrido com a indefinição que «existe no continente».

Nestes preliminares de início dos trabalhos, Pedro Santana Lopes — um dos «críticos que mais dá a cara» — dizia que não acreditava na lista de consenso, nem mesmo na moção-síntese, ao contrário de António Capucho, considerado por Santana Lopes o «homem da paz».

Moura Guedes, presidente do Grupo Parlamentar do PSD, também parecia inclinado a não acreditar na lista de consenso e na moção-síntese, mas, reconheceu, «é possível que surja uma reviravolta», pois há uma tarefa fundamental a realizar e essa diz respeito a lembrar a todos que existe ainda o ideal Social-Democrata.

Curiosa foi a posição de Ângelo Correia acerca da pretensão de alguns delegados apresentarem o problema da sua saída do Governo. Nesse caso — disse — «há pelo menos mais um que o vai fazer, sou eu próprio».

Depois, chegou Pinto Balsemão, acompanhado de numeroso séquito, para dar início aos trabalhos, cujas palavras de abertura pertenceram a Leonardo Ribeiro de Almeida. Trabalhos que, como se sabe, decorrem à porta fechada, o que torna de certo modo difícil ao jornalista conseguir transmitir o que se «passou lá dentro».

Os vectores de Balsemão

A sessão matinal foi destinada à discussão de alterações estatutárias, antecedida de uma intervenção do presidente do partido e actual primeiro-ministro, Fran-